

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 919.688 SÃO PAULO

RELATOR	: MIN. CELSO DE MELLO
RECTE.(S)	: ANTÔNIO LUIZ VIEIRA LOYOLA
ADV.(A/S)	: RAQUEL ELITA ALVES PRETO
RECDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S)	: DANIEL DE BRITO LOYOLA
INTDO.(A/S)	: ALEX KARPINSKI
INTDO.(A/S)	: DAMIANO JOÃO GIACOMIN
INTDO.(A/S)	: MARCELO COLUCCINI DE SOUZA CAMARGO
INTDO.(A/S)	: VITOR APARECIDO CAIVANO JOPPERT
INTDO.(A/S)	: MÁRCIO CALDEIRA JUNQUEIRA
INTDO.(A/S)	: SEBASTIÃO SÉRGIO DE SOUZA
INTDO.(A/S)	: HELENA AQUEMI MIO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DECISÃO: A decisão de que se recorre **negou** trânsito a apelo extremo interposto pela parte ora agravante, no qual esta **sustenta** que o Tribunal “*a quo*” **teria** transgredido preceitos **inscritos** na Constituição da República.

Sob tal perspectiva, revela-se absolutamente **inviável** o recurso extraordinário em questão.

É **que** o Supremo Tribunal Federal *tem enfatizado*, a propósito da questão pertinente à *transgressão constitucional indireta*, que, *em regra*, **as alegações de desrespeito aos postulados da legalidade, da motivação** dos atos decisórios, *do contraditório, do devido processo legal, dos limites da coisa julgada e da prestação jurisdicional* **podem configurar**, quando muito, situações caracterizadoras **de ofensa meramente reflexa** ao texto da Constituição, *hipóteses em que não se revelará admissível* o recurso extraordinário (AI 165.054/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO – AI 174.473/MG, Rel. Min. CELSO DE MELLO – AI 182.811/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO – AI 188.762-AgR/PR, Rel. Min. SYDNEY SANCHES – RE 236.333/DF, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, *v.g.*).

É por essa razão que a situação de ofensa indireta ao texto constitucional, *quando ocorrente*, **não bastará, só por si, para viabilizar** o acesso à via recursal extraordinária.

Impende destacar, por oportuno, com relação à alegada ofensa à norma inscrita no art. 5º, inciso XXXV, da Constituição, **que foi assegurado, no caso ora em exame, à parte agravante, o direito de acesso** à jurisdição estatal, **não se podendo inferir, do insucesso processual que experimentou, o reconhecimento** de que lhe teria sido denegada a concernente prestação jurisdicional.

Com efeito, não se negou, à parte recorrente, o direito à prestação jurisdicional do Estado. *Este, bem ou mal, apreciou, por intermédio de órgãos judiciais competentes, o litígio* que lhe foi submetido.

É preciso ter presente que a prestação jurisdicional, *ainda que errônea, incompleta ou insatisfatória*, **não deixa de configurar-se como resposta efetiva** do Estado-Juiz à invocação, *pela parte interessada, da tutela jurisdicional* do Poder Público, **circunstância que afasta a alegada ofensa a quanto prescreve** o art. 5º, inciso XXXV, da Carta Política, **consoante tem enfatizado** o magistério jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal (RTJ 132/455, Rel. Min. CELSO DE MELLO – RTJ 141/980, Rel. Min. CARLOS VELLOSO – AI 120.933-AgR/RS, Rel. Min. NÉRI DA SILVEIRA – AI 125.492-AgR/SP, Rel. Min. CARLOS MADEIRA).

A prestação jurisdicional que se revela contrária ao interesse de quem a postula não se identifica, não se equipara nem se confunde, para efeito de acesso à via recursal extraordinária, **com a ausência** de prestação jurisdicional.

Cabe assinalar, de outro lado, a propósito da alegada violação ao art. 5º, incisos LIV e LV, da Constituição, **que a orientação**

jurisprudencial emanada desta Suprema Corte, **firmada** na análise desse particular aspecto no qual se fundamenta o recurso extraordinário em causa, **tem salientado**, *considerado o princípio do devido processo legal* (**neste** compreendida a cláusula inerente à plenitude de defesa), *que a suposta ofensa* ao texto constitucional, **caso existente, apresentar-se-ia por via reflexa**, eis que a sua constatação reclamaria – *para que se configurasse* – a formulação de *juízo prévio de legalidade*, fundado na vulneração e infringência de dispositivos *de ordem meramente legal*.

Dáí revelar-se inteiramente ajustável, ao caso ora em exame, o entendimento jurisprudencial desta Corte Suprema, no sentido de que “O devido processo legal – CF, art. 5º, LV – *exerce-se de conformidade com a lei*” (AI 192.995-AgR/PE, Rel. Min. CARLOS VELLOSO – grifei), **razão pela qual** a alegação de desrespeito à cláusula do devido processo legal, **por traduzir** transgressão “indireta, reflexa, dado que a ofensa direta seria a normas processuais” (AI 215.885-AgR/SP, Rel. Min. MOREIRA ALVES – AI 414.167/RS, Rel. Min. CEZAR PELUSO – RE 257.533-AgR/RS, Rel. Min. CARLOS VELLOSO), **não autoriza** o acesso à via recursal extraordinária:

“DUE PROCESS OF LAW” E PRINCÍPIO DA LEGALIDADE.

– A garantia do devido processo legal *exerce-se em conformidade com o que dispõe a lei, de tal modo que eventual desvio do ato decisório configurará, quando muito, situação tipificadora de conflito de mera legalidade, apto a desautorizar a utilização do recurso extraordinário. Precedentes.*”

(RTJ 189/336-337, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

“– Alegação de ofensa ao devido processo legal: C.F., art. 5º, LV: *se ofensa tivesse havido, seria ela indireta, reflexa, dado que a ofensa direta seria a normas processuais. E a ofensa a preceito constitucional que autoriza a admissão do recurso extraordinário é a ofensa direta, frontal.*”

(AI 427.186-AgR/DF, Rel. Min. CARLOS VELLOSO)

“Inviável o processamento do extraordinário para debater matéria infraconstitucional, sob o argumento de violação ao disposto nos incisos LIV e LV do artigo 5º da Constituição.

Agravo regimental improvido.”

(AI 447.774-AgR/CE, Rel. Min. ELLEN GRACIE – grifei)

Nem se alegue, neste ponto, que a suposta transgressão ao ordenamento legal – derivada da interpretação que lhe deu o órgão judiciário “a quo” – teria importado em desrespeito ao princípio constitucional da legalidade.

Não se pode desconsiderar, quanto a tal postulado, a orientação firmada pelo Supremo Tribunal Federal, **cuja jurisprudência** vem proclamando, **a propósito desse tema**, que o procedimento hermenêutico do Tribunal inferior – **quando examina** o quadro normativo positivado pelo Estado **e dele extrai** a interpretação dos diversos diplomas legais que o compõem, para, **em razão** da inteligência e do sentido exegético que lhes der, obter os elementos necessários à exata composição da lide – **não transgride, diretamente**, o princípio da legalidade (**AI 161.396-AgR/SP**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **AI 192.995-AgR/PE**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO – **AI 307.711/PA**, Rel. Min. CELSO DE MELLO).

É por essa razão – ausência de conflito imediato com o texto da Constituição – que a jurisprudência desta Corte vem enfatizando que “A boa ou má interpretação de norma infraconstitucional não enseja o recurso extraordinário, sob color de ofensa ao princípio da legalidade (CF, art. 5º, II)” (RTJ 144/962, Rel. Min. CARLOS VELLOSO – grifei):

“E é pacífica a jurisprudência do S.T.F., no sentido de não admitir, em R.E., alegação de ofensa indireta à Constituição Federal, por má interpretação de normas infraconstitucionais, como as trabalhistas e processuais (...).”

(AI 153.310-AgR/RS, Rel. Min. SYDNEY SANCHES – grifei)

*“A alegação de ofensa ao princípio da legalidade, inscrito no art. 5º, II, da Constituição da República, **não autoriza**, só por si, o acesso à via recursal extraordinária, **pelo fato** de tal alegação **tornar indispensável**, para efeito de sua constatação, o exame **prévio** do ordenamento positivo **de caráter infraconstitucional**, dando ensejo, em tal situação, à possibilidade de reconhecimento de hipótese de mera **transgressão indireta** ao texto da Carta Política. **Precedentes.**”*

(RTJ 189/336-337, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Não foi por outro motivo que o eminente Ministro MOREIRA ALVES, Relator, **ao apreciar** o tema pertinente ao postulado da legalidade, **em conexão** com o emprego do recurso extraordinário, **assim se pronunciou**:

*“A alegação de ofensa ao artigo 5º, II, da Constituição, **por implicar o exame prévio da legislação infraconstitucional**, é alegação de infringência **indireta** ou **reflexa** à Carta Magna, **não dando margem**, assim, ao cabimento do recurso extraordinário.”*

(AI 339.607/MG, Rel. Min. MOREIRA ALVES – grifei)

Cumpre acentuar, por relevante, que essa orientação **acha-se presentemente sumulada** por esta Corte, **como resulta claro da Súmula 636** do Supremo Tribunal Federal, **cuja formulação** possui o seguinte conteúdo:

*“**Não cabe** recurso extraordinário **por contrariedade** ao princípio constitucional **da legalidade**, quando a sua verificação pressuponha rever a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida.” (grifei)*

Desse modo, qualquer que seja o ângulo sob o qual se examine a pretensão recursal deduzida pela parte ora agravante, **o fato** é que essa postulação **encontra obstáculo** de ordem técnica na jurisprudência **firmada** pelo Supremo Tribunal Federal, **consoante resulta claro** de

decisão, que, **emanada** desta Corte, **reflete**, *com absoluta fidelidade*, o **entendimento jurisprudencial** *prevalecente* no âmbito do Tribunal:

*“**Inviável o processamento do extraordinário** para debater matéria infraconstitucional, **sob o argumento** de violação **ao disposto nos artigos 5º, II, XXXV, XXXVI, LIV e LV e 93, IX da Constituição**.*

Agravo regimental improvido.”

(**AI 437.201-AgR/SP**, Rel. Min. ELLEN GRACIE – grifei)

Impõe-se registrar, finalmente, no que se refere à alegada transgressão ao postulado constitucional **que impõe**, ao Poder Judiciário, **o dever de motivar** suas decisões (**CF**, art. 93, IX), **que o Supremo Tribunal Federal – embora sempre enfatizando a imprescindibilidade** da observância dessa **imposição** da Carta Política (**RTJ 170/627-628**) – **não confere**, a tal prescrição constitucional, o **alcance** que lhe pretende dar a parte ora recorrente, **pois**, na realidade, **segundo** entendimento firmado **por esta própria Corte**, “**O que a Constituição exige**, no art. 93, IX, **é que a decisão judicial seja fundamentada; não**, que a fundamentação seja correta, na solução das questões de fato ou de direito da lide: **declinadas no julgado as premissas**, corretamente assentadas ou não, **mas coerentes** com o dispositivo do acórdão, **está satisfeita** a exigência constitucional” (**RTJ 150/269**, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE – grifei).

Vale ter presente, a propósito do sentido que esta Corte tem dado à cláusula inscrita no **inciso IX** do art. 93 da Constituição, **que os precedentes** deste Tribunal **desautorizam a abordagem hermenêutica** feita pela parte ora agravante, **como se deduz** de diversos julgados (**AI 529.105-AgR/CE**, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA – **AI 637.301-AgR/GO**, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA – **AI 731.527-AgR/RJ**, Rel. Min. GILMAR MENDES – **AI 838.209-AgR/MA**, Rel. Min. GILMAR MENDES – **AI 840.788-AgR/SC**, Rel. Min. LUIZ FUX – **AI 842.316-AgR/RJ**, Rel. Min. LUIZ FUX – **RE 327.143-AgR/PE**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO, v.g.),

notadamente daquele, **emanado** do Plenário do Supremo Tribunal Federal, **em que se acolheu** *questão de ordem* **para reafirmar** essa mesma jurisprudência **no sentido** *que venho de expor*:

*“Questão de ordem. Agravo de Instrumento. Conversão em recurso extraordinário (CPC, art. 544, §§ 3º e 4º). 2. Alegação de ofensa aos incisos XXXV e LX do art. 5º e ao inciso IX do art. 93 da Constituição Federal. Inocorrência. 3. O art. 93, IX, da Constituição Federal **exige** que o acórdão ou decisão **sejam fundamentados**, ainda que sucintamente, **sem determinar**, contudo, o **exame pormenorizado** de cada uma das alegações ou provas, **nem que sejam corretos** os fundamentos da decisão. 4. **Questão de ordem acolhida para reconhecer a repercussão geral, reafirmar a jurisprudência do Tribunal, negar provimento ao recurso e autorizar a adoção dos procedimentos relacionados à repercussão geral.**”*

(AI 791.292-QO-RG/PE, Rel. Min. GILMAR MENDES – grifei)

Sendo assim, e tendo em consideração as razões expostas, **conheço** do presente agravo, **para negar-lhe provimento**, eis que **correta** a decisão que **não** admitiu o recurso extraordinário a que ele se refere (CPC, art. 544, § 4º, II, “a”, **na redação** dada pela Lei nº 12.322/2010).

Publique-se.

Brasília, 08 de outubro de 2015.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator